ACTIVIDADE DA COMISSÃO TÉCNICA PORTUGUESA DE NORMALIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO REFERENTE A 1969

Dentro da actividade normal destacamos os seguintes aspectos:

1 — Elementos constitutivos da comissão

Esta Comissão Técnica manteve a constituição do ano precedente quanto às entidades nela representadas, mas o representante do Laboratório Nacional de Engenharia Civil passou a ser a Eng.^a D. Maria Amélia Botelho Queiroz Falcão e, já em Dezembro, a Dr.^a D. Maria Manuela Marques Nogueira, em substituição do Eng. Nuno Martins que durante mais de quatro anos deu uma assídua, ponderada e apreciável colaboração à CT-7.

2 — Funcionamento

Em 1969 realizaram-se 15 reuniões de trabalho, sendo 14 na sede da Inspecção-Geral

dos Produtos Agrícolas e Industriais e uma na sede da Shell Portuguesa.

As reuniões, com excepção de duas, foram plenárias e decorreram nos moldes das sessões dos anos anteriores. A uma delas compareceu como perito convidado o Dr. Jorge Peixoto, bibliotecário-arquivista encarregado da regência da disciplina de Biblioteconomia no Curso de Bibliotecário-Arquivista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

3 — Trabalhos realizados

3.1 — Normalização portuguesa

Nos últimos doze meses, esta Comissão Técnica realizou os seguintes trabalhos no campo da normalização nacional:

a) Parecer 1/69, acerca da Norma I-806: Índices de Publicações;

- b) Parecer 3/69, acerca da Norma I-698: Estatísticas da Edição de Publicações;
 c) Parecer 4/69, acerca da Norma P-586: Terminologia da Indústria do Papel;
- d) Parecer 7/69, acerca da Norma I-696: Transliteração de Caracteres Hebraicos;
- e) Parecer 8/69, acerca da Norma I-697: Transliteração de Caracteres Árabes;
- f) Parecer 9/69, acompanhado de um Estudo de Norma acerca da Transliteração de Caracteres Gregos;
- g) Parecer 10/69, acerca da Norma NP-47, em revisão como Transliteração de Caracteres Eslavos Cirílicos;
- h) Parecer 11/69, acompanhado de um Estudo de Norma acerca do Vocabulário da Terminologia;
- i) Parecer 12/69, acompanhado de um Estudo de Norma acerca de Aparelhos para Leitura de Microcópias. Ensaio de legibilidade geométrica;
- j) Parecer 13/69, acerca da Norma I-899: Símbolos de Línguas, Países e Autoridades Competentes;

1) Parecer 14/69, acerca da Norma I-900: Aparelhos para a leitura de microfilmes de 35 mm. Características essenciais;

m) Parecer 15/69, acerca da Norma I-901: Microcópias. Ensaios de legibilidade. Descrição da mira ISO e sua utilização na reprodução fotográfica de documentos;

n) Parecer 16/69, acerca da Norma I-902: Carácter ISO;

- o) Parecer 18/69, acompanhado de um Estudo de Norma revisto acerca de Repertórios de Bibliotecas, Centros de Documentação e Centros de Informação;
- p) Parecer 19/69, acerca da Norma P-586: Fichas Bibliográficas.

3.2 Normalização internacional

Para a normalização internacional, a CT-7 contribuiu com os seguintes trabalhos:

a) Parecer 2/69, acerca do ISO/PR 1527: Feuillets de titre d'un livre;

b) Parecer 5/69, acerca do Projecto de Agenda da 12.ª Reunião da ISO/TC 46, em Estocolmo:

c) Parecer 6/69, acerca do documento ISO/TC 46 (carta circular 128) de 13 de Janeiro de 1969, sobre Estatística de Bibliotecas;

1) Parecer 17/69, acerca dos documentos ISO/TC 46/WG 3 N 42 e 43, acerca de Ter-

minologia da Documentação.

O Presidente desta Comissão Técnica, bem como os vogais representantes da Fundação Calouste Gulbenkian, Instituto de Alta Cultura e Shell Portuguesa respectivamente a Dr.ª D. Maria da Graça Lopo, o Dr. Rogério Lopes de Sousa e o Eng.º Alfredo Magalhães Ramalho, colaboraram ainda directamente, acompanhados do Rev.º P. Joaquim Guerra, nos trabalhos do ISO/TC 46, o Presidente como chefe e os restantes como membros peritos da Delegação Portuguesa à sua 12.ª reunião realizada em Estocolmo de 20 a 25 de Outubro de 1969. Dessa missão oportunamente foi apresentado relatório.

4 — Conclusões

O Plano de Trabalhos previsto pela CT-7 para 1969 foi inteiramente executado. Há que prosseguir na orientação seguida, visando a aplicação do maior número possível de normas portuguesas sobre Documentação e assuntos conexos, fomentar a colaboração de um maior número de interessados (que sejam simultâneamente utilizadores) nos trabalhos de elaboração de normas, estimulando a preparação de novos Estudos, e prosseguir nos esforços tendentes a diminuir, neste domínio, os tempos que medeiam entre a preparação dos Estudos de Norma e o fornecimento ao público das normas nacionais definitivas, contribuindo assim para encurtar atrasos que se verificam em relação a outros membros da ISO e dotando o País com mais elementos básicos de acção comum.

5 — Agradecimentos

A colaboração recebida dos Vogais desta Comissão Técnica durante 1969 foi digna de muito apreço e agradecimento. O Centro de Normalização e a Repartição de Normalização deram todo o apoio que lhes foi possível ao Presidente da CT-7, o qual está por isso grato. Do Conselho de Normalização continuou a receber-se um apoio que muito nos honra.

Agradecimentos são também devidos à Shell Portuguesa, que recebeu a Comissão Técnica nas suas instalações, e não só a esta Empresa como à Fundação Calouste Gulbenkian e ao Instituto de Alta Cultura, pela valiosa e eficiente colaboração prestada com a presença dos seus representantes na 12.ª reunião do ISO/TC 46, em Estocolmo.

Agradece-se ainda ao Dr. Jorge Peixoto a sua prestimosa colaboração.

Uma publicação do IIAA

O Instituto de Investigação Agronómica de Angola, de Nova Lisboa, acaba de publicar o Guia para a redacção dos artigos científicos destinados a publicação (1).

Pelo interesse que apresentam estas normas, transcrevemos integralmente o documento:

Nota explicativa

O «Código de boa prática em matéria de publicações científicas» (documento UNESCO/NS/177) foi redigido em 1962 pela Comissão Conjunta FID-ICSU -IFLA-ISO (2) — UNESCO, criada e reunida para examinar os meios de promover uma acção internacional eficaz no sentido de melhorar a actual situação da informação científica. A Comissão considerou que a falta de disciplina livremente consentida, em matéria de redacção e de publicação de informações científicas, era uma das principais causas do aumento inútil do número de documentos publicados, das despesas feitas para os imprimir, para os resumir, para os referenciar e para os recuperar. Assim, por proposta do Secretário do Departamento de Resumos Analíticos do Conselho Internacional das Uniões Científicas, a Comissão redigiu, sob uma forma tão concisa quanto possível, um «Código» estabelecendo as regras que deveriam seguir, como uma lógica obrigação moral, os autores de publicações científicas e os redactores e editores de periódicos científicos.

Desde a sua publicação o «Código» tem sido largamente divulgado pela UNESCO, em inglês, espanhol, francês e russo, assim como pelo Departamento de Resumos Analíticos do ICSU; foram também publicadas versões redigidas em alemão, esperanto, polaco e português (³). Em seguida a esta larga difusão foram apresentadas sugestões e comentários ao texto do «Código». Por outro lado, a União Internacional de Física Pura e Aplicada (IUPAP) fez um estudo profundo do «Código», assim como do «Guia para a redacção dos resumos dos autores», que figurava como anexo do «Código». O texto resultante deste estudo e o texto original do «Código» foram comparados; o presente «Guia» resultou desta comparação, que incluiu o exame das propostas de modificações recebidas pela UNESCO. Em princípio, foram retidos todos os elementos essenciais contidos na primeira versão, e apenas foram introduzidos alguns elementos e ligeiras modificações. Contudo, pareceu de interesse completar o texto desta nova versão com um certo número de comentários, pormenores, e pequenas sugestões,

⁽¹⁾ INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO AGRONÓMICA DE ANGOLA — Guia para a redacção dos artigos científicos destinados a publicação. Tradução em língua portuguesa do «Guide for preparation of scientífic papers for publication», documento UNESCO/SC/MD/5 de 29 de Agosto de 1968. Nova Lisboa, IIAA, 1969. 30 cm, 10 p. Tradução de Maria José Macedo (Instituto de Investigação Agronómica de Angola), Maio de 1969.

Este «Guia» será enviado, gratuitamente, a quem o solicitar ao Instituto de Investigação Agronómica de Angola, C. P. 406, Nova Lisboa, Angola.

No entanto, em Portugal metropolitano o «Guia» poderá ser pedido ao Centro de Documentação Científica Ultramarina, Edificio do Ministério do Ultramar, Avenida do Restelo, Lisboa-3.

⁽²⁾ FID — Federação Internacional de Documentação. ICSU — Conselho Internacional das Uniões Científicas. IFLA — Federação Internacional das Associações de Bibliotecas. ISO — Organização Internacional de Normalização.

⁽³⁾ Tradução por Zeferino Ferreira Paulo, divulgada pela Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, e publicada em *Garcia da Orta* (Lisboa), vol. 12, n.º 1, 1964, p. 177-182.

que são apresentados em itálico, numa coluna à parte, a fim de facilitar a leitura do texto. A UNESCO publica e difunde este «Guia para a redacção dos artigos científicos destinados a publicação», com a convição de que a observância das regras enunciadas contribuirá para acelerar a classificação da documentação científica, para aumentar o valor das informações que ela contém e para limitar as despesas enormes feitas pelos centros de documentação científica e técnica de todos os países.

GUIA PARA A REDACÇÃO DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS DESTINADOS A PUBLICAÇÃO

Preâmbulo

O fim fundamental de um artigo científico é o comunicar ideias e informações de uma forma clara, concisa e honesta. Os autores e os editores devem esforçar-se por atingir este objectivo. A maior parte das recomendações específicas formuladas no presente guia são concebidas com este sentido.

Sobretudo devido ao aumento de publicações científicas, é necessário estabelecer um código de boa prática para as revistas científicas, a fim de facilitar a troca de informações entre

os homens de ciência de todos os países.

Recomendações gerais

1 — Todo o texto de carácter original destinado a ser publicado numa revista científica ou técnica deve ser acompanhado de um resumo informativo.

Este resumo deve ser redigido de acordo com as recomendações formuladas no «Guia

para a redacção dos resumos dos autores destinados a publicação».

2 - O título deve ser conciso, mas tão informativo quanto possível.

Os títulos devem ser suficientemente explícitos e precisos quanto ao conteúdo dos artigos, para apresentarem um interesse prático nas listas de títulos, assim como para a indexação e a codificação para os fins do armazenamento e da recuperação da informação; as abreviaturas e a gíria profissional devem ser evitadas.

- 3 Um texto destinado a publicação pertence normalmente a uma das três categorias seguintes:
- (a) Memória científica original, contendo a descrição de investigações, de técnicas ou de novos aparelhos.

Um texto pertence à categoria de «memória científica original» quando contribui para alargar sensívelmente o conhecimento ou a compreensão de uma questão, e quando é redigido de tal modo que um investigador qualificado seja capaz, a partir das indicações fornecidas, (a) de reproduzir a experiência e obter os resultados descritos, com a mesma precisão ou sem ultrapassar a margem de erro especificada pelo autor, ou (b) repetir as observações, os cálculos ou as deduções teóricas do autor e avaliar as suas conclusões.

(b) Comunicação provisória ou nota preliminar.

Um texto pertence à categoria de «comunicação provisória ou nota preliminar» quando contém uma ou várias informações científicas novas, mas não é redigido com um pormenor que permita ao leitor verificar estas informações nas condições indicadas anteriormente. Um outro tipo de nota sucinta, redigida geralmente sob a forma de carta, dá breves comentários sobre os trabalhos já publicados.

(c) Revisão de conjunto ou de actualização.

Uma revisão de conjunto ou de actualização é um estudo de um determinado assunto, em que são reunidas, analisadas e discutidas as informações já publicadas. O âmbito da revisão depende da revista à qual se destina.

O autor de uma revisão deve esforçar-se por não desprezar nenhum dos trabalhos publicados que fizeram avançar o assunto, ou que o fariam avançar se eles tivessem sido tomados em conta.

- 4 Nenhum texto deve ser enviado para publicação se ele já foi publicado ou se já foi aceite para publicação numa outra revista. Os textos não devem ser apresentados à consideração simultânea de mais de uma revista.
 - 5 O objectivo do artigo deve ser explicado na introdução.

Se o artigo contém uma revisão histórica ou crítica dos conhecimentos existentes, esta revisão deve limitar-se estritamente ao assunto do artigo. Os textos de revisão com carácter mais geral devem ser publicados separadamente como tal.

- 6—Os autores devem indicar com clareza o que no seu artigo representa a contribuição pessoal do autor e o que representa a de outros. Eles devem ter grande cuidado em indicar as limitações dos seus trabalhos: as fontes de erros e os erros prováveis dos seus resultados, assim como o âmbito de validade das suas conclusões. Devem abster-se de afirmar com demasiado optimismo a precisão dos seus trabalhos, a generalização das suas conclusões ou a aplicabilidade dos resultados que obtiveram. Devem evitar os argumentos «ad hominem» quando criticam trabalhos relacionados de outros. As críticas devem incidir apenas sobre o aspecto científico dos trabalhos relacionados.
- 7— A maior parte das revistas estabelecem as suas próprias «instruções aos autores» em que se indica em pormenor a apresentação a adoptar. Estas instruções devem ser seguidas escrupulosamente. Elas dizem normalmente respeito à apresentação geral, à forma das referências bibliográficas, aos símbolos e abreviaturas, etc.

O estudo da apresentação e estilo de artigos análogos, publicados sobre assuntos relacionados na revista à qual o artigo é destinado, pode dar preciosas indicações sobre a forma e o conteúdo deseiáveis.

As referências bibliográficas devem ser completas. Devem ser apresentadas da maneira como a revista as pede: por exemplo, com as iniciais dos autores, os números das páginas, os editores e as cidades para as referências dos livros, etc. Elas devem indicar todos os autores (e não apenas o primeiro et al.), a não ser que o número de autores seja excessivo.

8 — O assunto deve ser exposto de maneira tão concisa quanto possível, numa linguagem simples e directa, evitando os termos pouco correntes. Os termos próprios de uma certa disciplina não devem ser empregados senão quando são plenamente aceites pelos outros especialistas na matéria. Se o emprego de termos novos é indispensável, convém defini-los com cuidado.

Os termos etimològicamente duvidosos, as ambiguidades, a gíria técnica e a linguagem coloquial devem ser evitados.

9 — Os autores devem esforçar-se por conseguir que os seus artigos contenham todos os elementos que permitam compreendê-los e dar, para este fim, as explicações necessárias sobre o sentido dos símbolos utilizados.

Os autores não devem fazer um uso excessivo de abreviaturas não habituais, nomeadamente de abreviaturas designando termos pouco empregados, porque esta prática torna a leitura dos artigos muito difícil. Os autores devem rever com cuidado o texto final do seu artigo, para emendar erros tipográficos, corrigir a omissão de sinais convencionais e eliminar os erros de sintaxe.

Uma preparação descuidada dos textos acarreta uma perda de tempo para os editores, os críticos e, se o artigo é publicado, para os leitores; e provoca a dúvida sobre o valor científico dos trabalhos descritos.

Os autores que redigem os artigos numa língua que não conhecem perfeitamente devem esforçar-se, consultando colegas que têm um conhecimento profundo dessa língua, por apresentar os seus trabalhos numa forma aceitável. Não é justo esperar que os editores ou as comissões de redacção empreendam a tarefa de reescrever o artigo para corrigir as insuficiências da linguagem.

- 10 Se, por questões de propriedade industrial ou de segurança nacional, o autor é levado a limitar sensìvelmente o número de informações científicas que podem ser publicadas no artigo, o texto deverá ser apresentado como pertencendo à categoria 3(b) comunicação provisória ou nota preliminar, e não à categoria 3(a) memória científica original. Todas as limitações devem ser claramente indicadas no artigo.
- 11 Os trabalhos anteriormente publicados sobre o mesmo assunto devem constituir referências bibliográficas explícitas, quando tais precisões são necessárias para mostrar como o novo trabalho faz progredir o conhecimento do assunto. Em geral não é preciso mencionar senão os trabalhos integralmente publicados ou já aceites para publicação.

As referências devem ser actualizadas até à data do envio do texto para publicação. Esta precaução é particularmente importante quando se trata de artigos apresentados muito tempo depois de terminarem os trabalhos descritos.

Os trabalhos discutidos no texto podem ser referidos pelo nome de todos os autores, ou especificando o primeiro autor et al., ou referindo a colectividade-autor, se estiver envolvido o trabalho de um grupo. Os trabalhos não devem ser designados pelo país de origem.

12 — As referências às comunicações e documentos privados e de difusão restrita (isto é, não acessíveis ao público científico em geral) devem ser evitadas tanto quanto possível. Os documentos de carácter secreto (considerados como tais por uma sociedade ou pelo governo) não devem nunca ser mencionados.

Não se trata de proibir fazer alusões às conversas e comunicações privadas, mas certamente não é justificável apresentar uma afirmação ou uma teoria sobre uma simples conversa que não pode ser verificada.

Recomendações aos editores

- 13 Pede-se aos editores que assegurem que as instruções aos autores compiladas para as revistas sob a sua direcção não contrariem os princípios básicos enunciados neste documento.
- 14 Ao aceitar um artigo para publicação o editor deve não apenas assegurar-se de que este artigo é de boa qualidade e pode efectivamente ser publicado, mas também verificar se o resumo é suficientemente completo e se o título é conciso, embora também explícito.
- 15 Nas revistas que publicam artigos pertencentes a mais de uma categoria, o editor deve pedir ao autor para indicar em qual das categorias o seu texto deve ser classificado: 3(a) memória científica original; 3(b) comunicação provisória ou nota preliminar ou 3(c) revisão de conjunto ou de actualização. Quando a categoria de um artigo não é de qualquer outro modo especificada na revista, o editor deve zelar por que ela seja indicada no resumo.

Esta precisão é útil tanto aos leitores como aos redactores de revistas de resumos analíticos.

- 16 Para assegurar a livre reprodução dos resumos dos autores, em qualquer lado e em qualquer altura, deve ser indicado claramente na revista que esta reprodução é autorizada.
- 17 Está a ser feito um esforço para se elaborar uma lista coerente de sinais convencionais e de abreviaturas, e para se conseguir uma apresentação uniforme das referências bibliográficas (¹).

 Pede-se aos editores que colaborem, adoptando aquelas normas, quando elas estiverem elaboradas.

GUIA PARA A REDACÇÃO DOS RESUMOS DOS AUTORES (2) DESTINADOS A PUBLICAÇÃO

Preâmbulo

Tendo em conta o aumento de textos científicos publicados, é cada vez mais necessário tornar fàcilmente acessível o essencial de todos os artigos, pequenos ou grandes, que aparecem nas revistas científicas. Para este fim é preciso zelar para que os títulos sejam suficientemente explícitos e é preciso publicar, no início de cada artigo, um resumo redigido pelo autor.

As notas dadas a seguir contêm as principais regras em que os autores se devem inspirar quando escolhem um título e redigem um artigo.

Considerações gerais

1 — Os títulos dos artigos devem ser suficientemente informativos e precisos quanto ao conteúdo, para apresentarem um interesse prático nas listas de títulos, assim como para a codificação com vista ao armazenamento e recuperação da informação.

⁽¹) Ver página 10.
(²) Em inglês o termo «synopsis», empregado na edição original do presente Guia, foi substituído pela palavra «abstract», que é utilizada mais correntemente. Agora, geralmente já não é feita distinção entre uma «synopsis» (resumo redigido pelo próprio autor e publicado ao mesmo tempo que o artigo, depois de exame atento do editor) e um «abstract» (resumo redigido por uma outra pessoa).

2 — Todos os artigos devem ser precedidos de um resumo (na maior parte das revistas esta regra aplica-se também às «cartas ao editor»).

Ao redigirem os seus resumos, os autores não devem esquecer que esta será talvez a

única parte do texto que será lida.

O resumo tem um triplo objectivo: (a) ajudar os que se interessam pelo assunto do artigo a decidir se eles o lerão inteiramente; (b) dar ao leitor para o qual o artigo apresenta apenas um interesse «marginal» o maior número possível de elementos, para que ele não tenha necessidade de o ler integralmente; (a) acelerar o trabalho das revistas de resumos analíticos permitindo-lhes reproduzir imediatamente o resumo do autor, o que contribuirá muito para a melhoria geral dos serviços de informação no domínio científico.

Conteúdo

- 3 O resumo deve dar um apanhado sucinto mas explícito do conteúdo e das conclusões do artigo, e deve mencionar qualquer informação nova nele contida. O resumo não deve apresentar elementos ou afirmações que não figurem no texto do artigo e não deve ser sobrecarregado com pormenores de interesse secundário.
 - 4 O resumo deve formar um todo completo, mas pode referir-se ao título do artigo.
- 5 É útil indicar a maneira como os diversos aspectos do assunto foram tratados, por termos tais como: «sucinta», «aprofundada», «teórica», «experimental», etc. O resumo deve também indicar a categoria à qual pertence o artigo (ver parágrafo 3 do «Guia para a redacção dos artigos científicos destinados a publicação») quando este se afaste do tipo de artigos publicados normalmente na revista.
- 6 As informações novas compreendem os factos observados, as conclusões tiradas de uma experiência ou de um raciocínio, e as características principais de um novo método de tratamento ou de um instrumento concebido, etc.

Quando possível, é preferível dar resultados numéricos precisos em vez de se indicar apenas o que foi medido.

7 — Devem ser referidas as substâncias novas (compostos, etc.) e os novos dados numéricos, como as constantes físicas. Convém referi-las,mesmo se elas apenas têm uma relação indirecta com o assunto principal do artigo.

Caso contrário, há o risco de passarem despercebidas informações preciosas.

8 — Quando um artigo inclui resultados de experiências, convém igualmente dar certas precisões sobre o método usado. Quando se mencionam métodos novos, é preciso indicar os princípios básicos sobre os quais eles se apoiam, o seu domínio de aplicação e o grau de exactidão dos resultados.

Deve-se fazer um esforço para se evitar qualquer alteração dos factos e qualquer informação duvidosa. Devem ser indicados os limites entre os quais são válidas as conclusões e as deduções formuladas.

As comparações com os resultados anteriores (quando são indispensáveis) devem ser tão precisas quanto possível.

Apresentação

9 — O resumo deve ser redigido de modo a constituir um conjunto coerente de frases e não uma enumeração de rubricas. Convém empregar palavras de uso corrente, e não termos que não pertençam senão ao autor.

Para que o resumo possa ser reproduzido, sem alterações, por uma revista de resumos analíticos, não deve ser escrito na primeira pessoa.

10 — Deve presumir-se que o leitor tem um conhecimento geral do assunto, e os resumos devem poder ser compreendidos sem que seja necessário recorrer ao texto integral do artigo.

O resumo não deve conter abreviaturas, sinais convencionais ou termos não correntes, a não ser que seja possível precisar o sentido no próprio texto do resumo. Não deve conter chamadas particulares (por número) a uma secção, uma equação, um gráfico ou um quadro do artigo.

11 — De uma maneira geral os resumos não devem conter nenhuma referência ou citação particular.

Se são necessárias referências deste tipo, as citações das revistas científicas devem ser redigidas de acordo com a forma usual da revista à qual o artigo é destinado. A Conferência Internacional sobre os Resumos Analíticos Científicos, convocada pela UNESCO em 1949, recomendou as regras propostas pela Comissão Técnica 46 (¹) da Organização Internacional de Normalização (ISO), sendo os títulos dos periódicos abreviados da mesma maneira que na «World List of Scientific Periodicals».

12 — O resumo deve ser tão conciso quanto possível, ao mesmo tempo que obedece às condições aqui enunciadas. Em geral não deve ultrapassar 200 a 250 palavras, e, frequentemente, pode ser muito mais pequeno.

Uma vez impresso ele pode, por exemplo, ser cortado e colado numa ficha de 7,5 cm × 12,5 cm. A Conferência Internacional sobre os Resumos Analíticos Científicos recomendou a prática seguida por certas revistas, em que todos os resumos de um mesmo número são reunidos na página interior da capa ou em páginas cujo verso é ocupado por publicidade; assim, pode-se recortar estes resumos e colá-los sobre fichas, sem mutilar as páginas do próprio periódico. Para este efeito, os resumos devem ser impressos numa mancha com largura não superior a 10 cm.

13 — A Conferência Internacional sobre os Resumos Analíticos Científicos recomendou que os resumos sejam publicados pelo menos numa das línguas de maior difusão, qualquer que seja a língua original do artigo, para que seja facilitada a sua utilização à escala internacional.

Qualquer comentário ao texto aqui apresentado pode ser enviado ao Département de l'Avancement des Sciences, UNESCO, Place de Fontenoy, Paris 7e.

⁽¹⁾ Ver página 10.

LISTA DAS RECOMENDAÇÕES E DOS PROJECTOS DE RECOMENDAÇÕES DA ISO RESPEITANTES A PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS (¹)

ISO/R 4 (1953)	Código internacional para a abreviação dos títulos de periódicos.
Proj. ISO n.º 1278	Revisão da recomendação ISO/R 4.
(Rev. 1968)	
ISO/R 8 (1955)	Apresentação de periódicos.
ISO/R 9 (1955)	Sistema internacional para a transliteração dos caracteres cirílicos.
Proj. ISO n.º 1243	Revisão da recomendação ISO/R 9. Sistema internacional paraa
(Rev. 1968)	transliteração dos caracteres eslavos cirílicos.
ISO/R 18 (1956)	Sumário de periódicos ou de outros documentos.
ISO/R 30 (1956)	Legenda bibliográfica.
ISO/R 77 (1958)	Referências bibliográficas. Elementos essenciais.
ISO/R 214 (1961)	Análises bibliográficas e resumos dos autores.
ISO/R 215 (1961)	Apresentação de artigos em periódicos.
ISO/R 233 (1961)	Sistema internacional para a transliteração dos caracteres árabes.
ISO/R 259 (1962)	Transliteração do hebreu.
ISO/R 690 (1968)	Referências bibliográficas. Elementos essenciais e complementares.
ISO/R 833 (1968)	Abreviaturas de nomes genéricos nos títulos de periódicos.
ISO/R 843 (1968)	Sistema internacional para a transliteração dos caracteres gregos em
	caracteres latinos.
Proj. ISO n.º 1281	Abreviaturas das palavras típicas nas referências bibliográficas.
(Rev. 1968)	
Proj. ISO n.º 1416	Índice de uma publicação.

Agradecimento ao Senhor Ministro da Educação Nacional

No dia 30 de Janeiro foi recebida pelo Senhor Ministro da Educação Nacional uma representação de bibliotecários e arquivistas, que agradeceu o interesse sempre manifestado por este membro do Governo, e o empenho com que procurou fazer reconhecer a importância da nossa missão profissional. Como primeiro resultado deste interesse temos a actualização de vencimentos trazida pelo recente Decreto-Lei, n.º 49 410.

Os bibliotecários e arquivistas afirmaram estar conscientes do contributo que lhes é pedido para o progresso cultural da Nação e reconhecem que a actualização de vencimentos é sem dúvida um estímulo, mas afirmaram também considerar que o bom resultado do seu trabalho profissional depende de uma nova organização e planificação de bibliotecas e arquivos, que criem a estas instituições condições de actuação a todos os níveis: estudo e investigação, educação permanente e leitura popular. Foi entregue ao Senhor Ministro uma separata de

⁽¹) Nesta lista introduzimos elementos actualizados em relação aos existentes no original inglês do «Guia», donde foi feita esta versão em língua portuguesa.

Para obter os documentos acabados de referir pode dirigir-se à Sede da ISO: International Organization for Standardization, 1 Rue de Varembé, Genève 20, Suiça.

Ou à organização nacional de normalização (para os países membros da ISO). Em Portugal: Repartição de Normalização, N.º 1 Av. de Berna, Lisboa-1.

«Cadernos», A leitura pública em França. Possível contributo da experiência francesa para a necessária

planificação da leitura pública em Portugal.

Afirmaram-se ainda preocupados com a posição em que o referido Decreto-Lei deixou os catalogadores e fiéis, equiparando-os a funcionários apenas com a habilitação escolar da instrução primária. Para o preenchimento dos quadros era, até aqui, exigido o curso liceal ou equivalente.

Tal situação, além de extremamente injusta para os que ocupam actualmente os lugares, é grave para os serviços, que exigem efectivamente uma qualificação superior à da instrução

primária.

Em nome de todos os Colegas falaram os Drs. César Pegado e Jorge Peixoto.

O PESSOAL DAS BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO, NO DECRETO-LEI, N.º 49 410, INSERTO NO 2.º SUPLEMENTO DO DIÁRIO DO GOVERNO DE 24 DE NOVEMBRO DE 1969.

Mapa do pessoal civil dos Ministérios Civis

Categoria C	Ministérios
Inspector Superior das Bibliotecas e arquivos	M. E. N.
Categoria D	Ministérios
Director da Biblioteca Nacional	M. E. N.
Director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo	M. E. N.
Categoria E	Ministérios
Chefe de repartição de arquivo e biblioteca	M. N. E.
Director do Arquivo Histórico Ultramarino	M. U.
Categoria G	Ministérios
Bibliotecário-chefe da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra	M. E. N.
Inspector das bibliotecas e arquivos	M. E. N.
Categoria H	Ministérios
Director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga	
(primeiro-bibliotecário)	M. E. N.
Director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora (primeiro-bibliotecário)	M. E. N.
Documentalista de 1.ª classe	P. C.
Primeiro-bibliotecário	M. E. N.
Primeiro-bibliotecário-arquivista	M. I., M. O. P., M. U.,
D	M. E. N., M. E.
Primeiro-conservador de bibliotecas e arquivos	M. E. N.
Categoria I	Ministérios
Director da Biblioteca da Ajuda (segundo-bibliotecário)	M. E. N.
Director da Biblioteca Popular de Lisboa (segundo-bibliotecário)	M. E. N. M. E. N.
Segundo-bibliotecário-arquivista Segundo-conservador das bibliotecas e arquivos	M. F., M. E. N.
begundo-conservador das biblioceas e arquivos	

Categoria J	Ministérios
Paleógrafo-tradutor	M. F. P. S., M. F., M. E. N.
Terceiro-bibliotecário Terceiro-bibliotecário-arquivista	P. S., M. F., M. E. N. M. N.
Terceiro-conservador de bibliotecas e arquivos	M. F., M. E. N.
Categoria N	Ministérios
Encarregado da biblioteca	M. I.
Encarregado da biblioteca, arquivo e museu do Teatro Nacio de S. Carlos	nal M. E. N.
Categoria Q	Ministérios
Auxiliar técnico	M. E. N.
Catalogador de 1.ª classe	M. C. P. S.
Categoria S	Ministérios
Catalogador de 2.ª classe	M. N.
Escriturário-paleógrafo de 1.ª classe	M. F.
Fiel de 1.ª classe	M. O. P.
Categoria U	Ministérios
Ajudante do encarregado de biblioteca, arquivo, museu e Fiel-arquivista	fiel M. E. N. M. E. N.
Categoria V	Ministérios
Encadernador de 1.ª classe	M. E. N.
Categoria X	Ministérios
Encadernador de 2.ª classe	M. E. N.
Mapa do pessoal civil dos departamentos	militares
Categoria I	Ministérios
Segundo-bibliotecário-arquivista	M. M.
Categoria N	Ministérios
Arquivista de 1.ª classe	M. M.
Categoria Q	Ministérios
Encarregado de biblioteca	M. E.
Categorias	2.000#00
	Q — 3 200\$00 R — 2 900\$00
D 11500400 , 5500400	S — 2 600\$00
D - 11600\$00 $L - 5200$00$	T - 2400\$00
	U - 2200\$00
2 2 100#00	V — 2 100\$00
	X — 2 000\$00 Y — 1 900\$00
$\Gamma - 7000000 \Gamma - 3300000$	1 /00 400

Catalogadores e fiéis de Bibliotecas, Arquivos e Institutos em face do Decreto-Lei N.º 49 410

O Decreto-Lei n.º 49 410, de 24 de Novembro de 1969, no seu Art. 25.º, alínea a), altera profundamente a situação do pessoal médio auxiliar (catalogadores e fiéis) das Bibliotecas, Arquivos e Institutos, pois fixa na escolaridade obrigatória as habilitações exigidas, quando é certo os actuais funcionários só terem sido admitidos a concurso documental com as habili-

tações mínimas do 2.º ciclo liceal ou equivalente.

A actual posição parece-nos injusta—na medida em que as tarefas destes funcionários em estabelecimentos de características bibliográficas, arquivísticas e documentais, são importantes e diferentes das exigidas em estabelecimentos de feição totalmente diferente, pois deviam ser considerados como colaboradores directos dos bibliotecários, realizando os mais diversos trabalhos de rotina, trabalhos estes que exigem naturalmente uma preparação nunca inferior ao 2.º ciclo dos liceus ou equivalente.

O futuro das Bibliotecas, Arquivos e Institutos, a manterem-se as disposições do citado Decreto-Lei que lhes dizem respeito, de forma nenhuma se nos afigura aliciante nem de molde

a atrair, e muito menos a manter, pessoal qualificado neste género de serviços.

De vários pontos foram enviados telegramas e exposições no sentido de que a actual situação seja superiormente revista, solicitando a sua equiparação a auxiliares-técnicos, na categoria Q, tal como já acontece no quadro da Biblioteca Nacional de Lisboa e que nos parece ser da maior justica.

Como facilmente se verificará, a substância do que atrás se lê é, em grande parte, transcrição ou reprodução das exposições que de Coimbra foram enviadas pelas vias hierárquicas competentes e que adiante se publicam, na esperança de que a sua leitura venha a ser esclarecedora da situação desta categoria de funcionários.

Senhor Presidente do Conselho Excelência

De acordo com o artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 49 410 inserto no 2.º Suplemento do Diário do Governo de 24 de Novembro de 1969, vimos solicitar a atenção de Vossa Excelência

para o problema que tomamos a liberdade de expor:

Segundo o disposto no referido Decreto-Lei a situação dos catalogadores foi profundamente alterada, embora permanecendo na letra S do quadro de vencimentos do funcionalismo público. Para o desempenho dos cargos referidos nesta letra deixou de ser exigida a habilitação mínima do 2.º ciclo liceal ou equivalente.

Como resultado da nova legislação, desaparece dos quadros das Bibliotecas, Arquivos

e Institutos o pessoal de cultura ao nível do ensino secundário.

Chamamos igualmente a atenção de Vossa Excelência para o facto de os auxiliares técnicos da Biblioteca Nacional de Lisboa e o catalogador de 1.ª classe do Centro de Estudos Sociais e Corporativos do Ministério das Corporações e Previdência Social estarem incluídos, na nova legislação, na categoria Q, onde é exigida, como o era anteriormente para a categoria de catalogador, a habilitação do 2.º ciclo liceal ou equivalente, habilitação esta que também nos foi exigida para a ocupação dos nossos cargos actuais.

Pertencendo nós a uma categoria sem acesso previsto nos quadros do funcionalismo público, encontram-se assim os actuais catalogadores numa situação profissional e material

fortemente desanimadora.

Vimos muito respeitosamente pedir a Vossa Excelência seja ponderada a situação criada aos antigos catalogadores pelo novo diploma, que torna possível o ingresso nestes cargos a

quaisquer indivíduos com a escolaridade mínima.

Tomamos a liberdade de chamar a esclarecida atenção de Vossa Excelência para as funções que um catalogador efectivamente desempenha em estabelecimentos de características bibliográficas, arquivísticas e documentais, pois são eles os colaboradores directos dos bibliotecários realizando as tarefas de rotina, tais como: alfabetação de fichas, registo de entrada de livros, certo tipo de catalogação e investigação bibliográfica, estatísticas, etc., funções estas que exigem naturalmente a preparação correspondente ao 2.º ciclo liceal ou equivalente. Tal qualificação, como Vossa Excelência vê, não pode ser fornecida senão por uma cultura que está bastante acima daquela que a escola primária fornece.

Temos a honra de solicitar a Vossa Excelência a revisão da nossa situação e que sejamos colocados na categoria Q aonde já estão, conforme já referimos, os catalogadores de 1.ª classe e os auxiliares técnicos que dispõem da mesma habilitação escolar que nós, isto é, o 5.º ano

liceal ou equivalente.

Confiantes no espírito de justiça de Vossa Excelência, muito respeitosamente nos subscrevemos.

Coimbra, 18 de Dezembro de 1969

(Seguem-se 38 assinaturas)

Senhor Presidente do Conselho

Excelência

Permitindo-nos V. Ex.ª uma possibilidade de esclarecimento das dúvidas suscitadas pelo decreto 49 410, ao abrigo do seu artigo 48.º, vimos muito respeitosamente pedir a atenção para o que passamos a expor:

Ocupamos o lugar de Fiel da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, (Biblioteca Nacional Central), lugar para o qual nos foi exigida a habilitação literária do 2.º ciclo liceal

ou equivalente.

Esta situação parece no entanto alterada no presente decreto, pois, para o desempenho

dos cargos referidos na letra S deixou de ser exigida tal habilitação.

Permitimo-nos fazer notar a V. Ex.ª que as características das funções que desempenhamos, e a sua responsabilidade, impõem de facto, uma qualificação superior à da 4.ª classe do ensino primário. O Fiel, dentre o pessoal auxiliar, é o principal responsável pelos serviços do catálogo, recepção do público, leitura e depósitos, incluíndo o de *Reservados*, para o que tem que possuir conhecimentos básicos sobre as espécies de catálogos, suas funções e organização, devendo estar ainda habilitado a proceder a buscas rápidas e eficientes nos catálogos e depósitos, e assumir a responsabilidade da conveniente arrumação das espécies.

Estas afirmações poderá V. Ex.ª mandar confirmá-las pela consulta do programa dos concursos para provimento de lugares de Fiel na Biblioteca Nacional de Lisboa, publicado no Diário de Governo, II Série, n.º 16, de 19 de Janeiro de 1967. Parece, portanto, fora de dúvida, que a função de Fiel de uma biblioteca é muito diferente daquela que é exercida noutros

serviços e pela maior parte dos funcionários classificados na categoria S.

Nestas circunstâncias, solicitamos respeitosamente a V. Ex.ª a revisão desta situação, pretendendo nós ser considerados auxiliares-técnicos de biblioteca — como parece ser justo e

corresponder a uma tendência que nos novos quadros se desenha — aos quais é exigida a mesma habilitação escolar que a nós, Fiéis, e estão colocados na categoria Q.

Confiando no espírito de justiça que anima todas as atitudes de V. Ex.a, muito respeito-

samente nos subscrevemos.

Coimbra 7 de Janeiro de 1970

(Seguem-se as assinaturas).

(Rita Quintela)

Estágios no Centro de Documentação Científica Ultramarina

O Centro de Documentação Científica Ultramarina admite estagiários com o objectivo de proporcionar a preparação básica de pessoal especializado ou o seu aperfeiçoamento no manejo de processos e técnicas documentais e de informação científica. Os estágios iniciam-se no dia 1 de Fevereiro de cada ano, sendo facultados prioritàriamente aos delegados de:

1. Organismos da J. I. U.

2. Organismos metropolitanos de interesse ultramarino.

4. Outros serviços oficiais.

5. Serviços privados, nacionais e estrangeiros. São considerados dois tipos de estagiários, documentalistas e auxiliares de documentalistas. A inscrição deverá ser solicitada por escrito, pelos Organismos interessados, com um mês de antecedência, no mínimo. No próximo n.º de Cadernos publicar-se-á o regulamento do Curso.

Biblioteca e Arquivo de Leiria

Já se encontra elaborado o anteprojecto do edifício destinado à Biblioteca e Arquivo Distrital de Leiria que se encontra deficientemente instalado.

O receio de iminente derrocada das actuais instalações levou a Câmara Municipal a efectuar a transferência, a título precário, do valioso recheio daquela biblioteca para salas do edifício dos Paços do Concelho.

Biblioteca infantil no parque da cidade de Barcelos

No decurso da reunião de Janeiro do «Rotary Club» de Barcelos foi sugerida a instalação de uma biblioteca infantil no parque da cidade, com a colaboração da Câmara Municipal e da Fundação Calouste Gulbenkian.

Reabertura da Biblioteca Pública de Vila Real

No edifício da Câmara Municipal de Vila Real acaba de ser instalada a Biblioteca Municipal.

Foi inaugurada no dia 6 de Janeiro com uma sessão solene em que usou da palavra o Padre Armindo Augusto, O. F. M., que se referiu ao valioso fundo bibliográfico que reune as livrarias de três conventos da cidade: S. Domingos, S. Francisco e Santa Clara.

A reabertura foi possível, mercê de importante apoio da Fundação Calouste Gulbenkian.

Curso de Bibliotecário-Arquivista-Documentalista

Os estagiários do Curso de Bibliotecário-Arquivista-Documentalista, que está a funcionar na Biblioteca Nacional de Lisboa e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, visitaram as instalações da Biblioteca Geral da Fundação Calouste Gulbenkian.

Acompanhados pela bibliotecária da Biblioteca Nacional, Dr.ª Reinalda Afrânio, professora do curso, percorreram os serviços técnicos daquela moderna biblioteca.

Actividades culturais na Biblioteca Pública de Braga

Iniciou a sua actividade, no passado mês de Dezembro, a Comissão orientadora da leitura juvenil da Biblioteca Pública de Braga presidida pelo nosso colega Dr. Egídio Guimarães.

Por ocasião da sessão inaugural o Rev. Dr. António Fernandes proferiu uma conferência subordinada ao tema *Nós e a Juventude*, ficando patente ao público uma exposição de livros especialmente recomendada aos jovens.

No V Centenário do Nascimento de D. Manuel

No Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia por ocasião de uma sessão comemorativa do V Centenário do Nascimento de D. Manuel, o Sr. Fernando Portugal apresentou uma Comunicação sobre *A Chancelaria de D. Manuel*, na qual referiu o desaparecimento de alguns livros, ocorrido depois do inventário de 1532, do escrivão Tomé Lopes. Acentuou a identidade desta chancelaria com as que a antecedem na dispersão dos registos e relatou a actividade de Tomé Lopes nesta chancelaria e na Leitura Nova.

Esta comunicação deu origem a um diálogo com as conservadoras do Arquivo da Torre do Tombo, acerca da acção desenvolvida neste arquivo por Manuel da Maia.

Biblioteca Municipal de Sesimbra

Com o fim de alargar a acção cultural da Biblioteca Municipal de Sesimbra, o seu bibliotecário Dr. António Telmo organizou um ciclo de conferências que abrangeram os seguintes temas: «O homem português e o barroco» proferida pelo Dr. António Quadros; «A arqueologia da península de Setúbal» pelo dr. Veiga Ferreira; «A arte negra» por Nuno de Miranda. O prof. dr. Agostinho Silva falou das especializações e do saber; das virtudes do povo português e da sua religiosidade, salientando a necessidade da religião para contrariar a tendência de divinizar ídolos.

É muito de louvar esta iniciativa e gostaríamos de ter notícias de movimentos culturais semelhantes noutras bibliotecas portuguesas.

O Centenário da morte de Arnaldo Gama e a Biblioteca Municipal do Porto

Integrada nas comemorações do centenário da morte de Arnaldo Gama promovidas pela Câmara Municipal do Porto, foi inaugurada no passado dia 11 de Dezembro uma exposição bibliográfica na Biblioteca Municipal.

Do valioso espólio exposto constaram manuscritos de poesias, dois livros de apontamentos, jornais em que colaborou, recordações pessoais, além de edições raras da sua vasta produção literária.

Prémio literário Alves Redol

A instituição do Prémio Alves Redol, destinada a perpetuar a memória do romancista português recentemente falecido, foi anunciada pela editorial Publicações Europa América.

Podem concorrer àquele prémio os escritores nacionais, consagrados ou não, com um romance cujo original dactilografado tenha pelo menos 200 páginas e seja baseado em tema português. Na segunda quinzena de Março projecta a referida casa editora efectuar duas exposições, bibliográfica e iconográfica em que estará patente valiosa documentação referente à vida e obra de Alves Redol.

Exposição de Livros ingleses para crianças no Instituto Britânico

Organizada de modo a coincidir com as comemorações do 10,º aniversário da Declaração dos Direitos da Criança, foi inaugurada no dia 25 de Novembro do ano passado, no Instituto Britânico em Lisboa, uma exposição de livros ingleses que incluiu mais de seiscentas obras recentemente publicadas e especialmente selecionadas entre a vasta produção bibliográfica destinada a crianças.

O objectivo principal foi não só o de revelar a variedade e qualidade da produção normal inglesa de livros infantis, mas também dar a conhecer a nova geração de escritores e ilustradores britânicos.

Durante a exposição foram efectuadas sessões de leitura de histórias e trechos dos livros expostos, seguidos de projecção de filmes infantis.

A exposição que esteve aberta até ao dia 5 de Dezembro, será repetida no Porto e em Coimbra.

Incorporações de livros de Registo Paroquial

Para os devidos efeitos e de harmonia com o disposto no artigo 5.º do Decreto n.º 1630, de 9 de Junho de 1915, se publica a relação dos livros paroquiais da Conservatória do Registo Civil de Portalegre incorporados no Arquivo Distrital de Portalegre, nos termos do artigo 37.º do Código do Registo Civil:

Concelho de Portalegre:

Freguesia de Alagoa:

Um livro de registos de óbitos de 1820 a 1854.

Freguesia de Alegrete:

Um livro de registos de baptismos de 1828 a 1854.

Um livro de registos de baptismos de 1860 a 1867. Um livro de registos de óbitos de 1840 a 1854.

Um livro de registos de óbitos de 1854 a 1864.

Freguesia de Fortios:

Um livro de registos de baptismos de 1826 a 1856.

Um livro de registos de casamentos de 1754 a 1859. Freguesia de Reguengo:

Um livro de registos de casamentos de 1767 a 1859. Freguesia de S. Julião:

Um livro de registos de óbitos de 1828 a 1856. Freguesia de S. Lourenço:

Um livro de registos de baptismos de 1860 a 1864.

Um livro de registos de óbitos de 1860 a 1868. Freguesia da Sé:

Um livro de registos de baptismos de 1860 a 1865.

Um livro de registos de baptismos de 1865 a 1868.

Um livro de registos de óbitos de 1860 a 1868. Freguesia de Urra:

Um livro de registos de óbitos de 1837 a 1852. (Diário do Governo, II Série, n.º 260, 1969.11.6).

XXIX Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências

Com o objectivo de permitir o estabelecimento de contacto directo entre os investigadores portugueses e espanhóis, vai realizar-se de 31 de Março a 4 de Abril, em Lisboa, o XXIX Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências.

Entre os temas tratados destaca-se: «Problemas actuais da documentação científica». Estão previstas ainda conferências plenárias sobre temas de interesse geral. São admitidas comunicações livres que serão agrupadas por afinidades.

REUNIÕES CIENTÍFICAS

DATAS	LOCAIS	ORGANIZA DORES	DESIGNAÇÕES	TEMAS	INFORMAÇÕES
27-29 Janeiro 1970	Genebra		Seminário Interna- cional sobre Trata- mento de Dados	Tratamento de dados	Secretariado: Interna- tional Group for Administrative Data Processing. 6 Stadhouderskade, Amsterdam
16-21 Feverei- ro 1970	Viena		Simpósio sobre Tratamento da In- formação Nuclear	Tratamento da informação nuclear.	Secretariado: IAEA, Kärntner Ring 11, Viena
24-26 Feverei- ro 1970	Moscovo		Encontro da FID//RI	Investigações sobre a base teórica da infor- mação	
3-5 Março 1970	Paris		Seminário da OCDE.	Responsabilidades go- vernamentais den- tro do campo da informação para a indústria.	2 rue André Pascal,

DATAS	LOCAIS	ORGANIZA- DORES	DESIGNAÇÕES	TEMAS	INFORMAÇÕES
9-13 Março 1970	Paris		Encontro da ISO/ /TC 46/SC1	Reprodução docu- mental	Secretariado: AFN-OR, Paris
10-12 Março 1970	Boston (USA)		Conferência da Federação Nacio- nal de Resumos e Serviços de In- dexação (NFSAIS)		
14-22 Março 1970	Bruxelas		Feira Internacio- nal do Livro	Ler para vencer	Comissariado Geral: 111, Avenue du Parc, Bruxelles 6, Bélgica
23-25 Março 1970	Washington		INFO - EXPO-70 da Associação da Informação Indus- trial, U. S. A.	Contrôle de explora- ração da informação e exposição prévia dos problemas e oportuni- dades da informação nos anos 70	Secretariado: Saul Herner, Herner & Co., 2100 M Street, N.W., Washington D. C.
Abril 1970	Madrid		Encontro da FID/ /CCC (Comissão Central de Clas- sificação)		
1-5 Abril 1970	Bolonha		7.ª Feira Internacional do Livro para a Infância e a Juventude e 4.ª Exposição Internacional dos Ilustradores		Ente Autonomo per le Fiere di Bologna Via Ciamician 4, 40127 - Bologna, Itá- lia
15-16 Abril 1970	Budapeste	Festival de Filmes Técnicos, Szaba- dság tér 17, Buda- peste, em cola- boração com a FID/DC.	Mesa-Redonda Internacional	O papel dos filmes científicos e técnicos no progresso industrial e científico	
20-24 Abril 1970	Francoforte do Meno	1733	Encontro da FID/ /TD (Preparação de documentalis- tas)		
17-24 Maio 1970	Varsóvia		Feira Internacional do livro		Secretário geral: M. Tanski Krakows- kie Przedmiescle 7 Varsovie, Polónia
26 Maio a 1 Junho 1970	Nice		2.º Festival Inter- nacional do Livro		Comissariado geral: 4 boulevard Carabacel 06 - Nice, França

DATAS	LOCAIS	ORGANIZA- DORES	DESIGNAÇÕES	TEMAS	INFORMAÇÕES
1-5 Junho 1970	Francoforte do Meno	FID/CCC, FID/CR e FID/OM	Segundo Seminário sobre a CDU nos Sistemas Mecanizados da Informação.	A CDU nos sistemas mecanizados da informação.	
4-8 Junho 1970	Paris		4.º Salão Interna- cional do Livro e da Imprensa Cien- tífica e Técnica		Comissariado geral: 117 bd Saint-Germain, Paris-6°.
29 Agosto a 12 Setembro 1970	Mediterrâneo	Anaba	IV Congresso Nacional de Bibliotecas e III Congresso Nacional de Arquivos.		Asociación Nacional de Bibliotecas, Archi- veros y Arqueólogos Apartado 14281, Ma- drid
30-4/9 Agosto 1970	Moscovo		36.ª Sessão do Conselho Geral da FIAB		
7-11 Setembro 1970	Namur	Associação Internacional de Cibernética	VI Congresso In- ternacional de Cibernética	1 — Fundamentos e métodos da Cibernética; 2 — As máquinas semânticas; 3 — A automação; 4 — Cibernética e Ciências Humanas; 5 — A Cibernética e a vida.	Association Internationale de Cybernetique. Palais des Expositions, Place André Rijekmans, Namur, Bélgica
24-29 Setembro 1970	Francoforte		22.ª Feira do Livro		Ausstellungs - und Messe - GmbH der Börsenverein des Deu- tschen Buchhandels 6 Francfort/M (R.F. A.), Postfach 3914
Outono (9 dias) 1970	Bombaim		Feira do Livro	Os livros dos anos sessenta	Publisher's World 15 A, Elco Arcade 46, Hill rood Branda Bombay 50 AS, Índia
30 Janeiro a 13 Fevereiro 1971	Lausana		2.º Salão Interna- cional do Livro de Arte e de Bibliofilia		Comissariado Geral: Palais Beaulieu Case Postale 733 1002 - Lausanne, Suíça
20 a 26 Abril 1971	Jerusalém		5.ª Feira Interna- cional do Livro		P. O. B. 1508 Jérusalem, Israel.

Actividades da Associação dos Bibliotecários Franceses em 1968

A reunião geral da A. B. F. (1.º trimestre de 1968) consagrou-se aos problemas de automatização das bibliotecas. As Senhoras Guéniot e Le Nan relataram a experiência das bibliotecas belgas e alemãs neste domínio. O número elevado de participantes testemunhou o interesse dos bibliotecários franceses pelas novas técnicas que cada vez mais se impõem a todo os sectores da informação.

O congresso anual da Associação (Clermont-Ferrand, 18 a 19 de Maio de 1968) dedicou-se

ao estudo dos temas:

1) utilização da C. D. U. nas bibliotecas universitárias;

2) situação e formação do pessoal das bibliotecas municipais.

Simultâneamente, num Colóquio das Bibliotecas Médicas, foram debatidos o contrôle bibliográfico e a catalogação das teses de medicina.

Houve várias reuniões de secções especializadas, dentre as quais destacamos:

- 1) Sub-secção das bibliotecas de arte para estudar a adaptação da C.D.U. ao seu sector.
- 2) Sub-secção das bibliotecas das ciências exactas que debateu a cooperação entre editores, livreiros e bibliotecários científicos. Foi um encontro interessante pelas múltiplas perspectivas que se oferecem num futuro próximo.

3) Secção das bibliotecas públicas que, em colaboração com o Instituto Dinamarquês de Lyon, organizou uma viagem de estudo à Dinamarca — graças à qual puderam ser conhecidador de la contra del contra de la contra del contra de la contra del contra del contra de la contra de la contra del contra de la co

cidas as realizações modelares no domínio das bibliotecas públicas naquele país.

4) O grupo de Lorraine, reunido em Nancy, debateu: 1) as bibliotecas de empresa;

relações das bibliotecas universitárias com as outras bibliotecas, dentro do âmbito regional.
 O grupo de Lyon realizou a tradução integral da C. D. em colaboração com a

Associação Canadiana das Bibliotecas de Língua Francesa.

Finalmente, a A. B. F. prosseguiu os seus esforços no sentido de formar pessoal não qualificado para as pequenas bibliotecas. Em obediência a essa orientação foi publicado o «Curso elementar de formação profissional».

Conferência Internacional da FID, 34ª, Haia, 1968

Encontravam-se aí cerca de cem participantes representando trinta e cinco países, bem como os delegados das cinco organizações internacionais UNESCO, CIUS, CIUS/AB, FIAB, OCDE.

Entre outras actividades verificadas no decurso da Conferência, pelos seus objectivos, destacamos: a do Grupo de Trabalho ad hoc (Ad hoc WG) sobre a promoção do contributo da FID na informação internacional e a do CCC-WG sobre informação e publicações.

Liste des archivistes-paléographes

Publicada em 1969 pela Société de l'Ecole des Chartes, constitui um guia indispensável

para os utentes dos Arquivos e Bibliotecas de França.

Indica os nomes de todos os arquivistas-paleógrafos, a data de promoção, funções, direcções profissionais e particulares. À lista alfabética segue-se uma lista por promoções, por funções

— onde os nomes se agrupam por administrações (Arquivos, Bibliotecas, Centro Nacional de Investigação Científica, Ensino Superior, Museus, etc.) — e uma lista por direcções.

Está à venda pelo preço de 10 F (cerca de 50\$00) na Société de l'Ecole des Chartes, 19, rue

de la Sorbonne, Paris, 5.e.

Lista de descritores

A primeira versão impressa de descritores (desenvolvimento económico e social) foi apresentada no Encontro do Development Enquiry da OCDE, em Roma, no mês de Março de 1969.

Essa lista foi preparada pela OCDE em colaboração com as seguintes organizações: ILO, International Commitee for Social Sciences Documentation, Deutsche Stiftung für Entwicklungsländer e FAO.

É formada por cinco volumes:

— Liste commune de descripteurs — Aligned list of descriptors — Gemainsames Schlagwortverzeichnis. Este constitui o volume base, que contém dez categorias de assuntos com os termos registados alfabèticamente, segundo o alfabeto inglês, seguindo-se os termos em francês e alemão;

— três listas alfabéticas, separadas, para os termos em inglês, francês e alemão referentes

às categorias incluídas no volume principal;

— um apêndice que contém uma lista alfabética de nomes de países, lista de títulos e títulos abreviados de organizações tal como são usados na ILO, Deutsche Stiftung für Entwickhungsländer e FAO.

A lista baseia-se nos termos usados pelas organizações que colaboraram na sua elaboração. A UN Economic Commission está a preparar, no Chile, uma tradução espanhola desti-

nada à América Latina.

No Encontro realizado em Roma, em que participaram representantes de quinze organizações internacionais e de dezassete países, ligados ao Development Enquiry Service da OCDE, pediu-se que a lista de descritores fosse ensaiada pelas organizações nacionais e internacionais que trabalham no campo do desenvolvimento económico e social. Vários problemas relacionados com a extensão desta primeira lista com termos mais pormenorizados noutros domínios foram igualmente discutidos neste Encontro, assim como a necessidade de uma conexão com as listas desenvolvidas da CDU, o que é também possível em outras línguas.

Podem ser obtidos exemplares destas listas trilingues (5 volumes) no OECD Development

Centre, 91 Boulevard Exelmans.

(Trad. do «FID News Bulletin», Haia, 19(4) Abril 1969, p. 35).

1.º Curso de Especialização para Livreiros Iberoamericanos

Celebrou-se em Madrid e em Barcelona, nos meses de Junho e Julho, o 1.º Curso de Especialização para Livreiros Iberomeraicanos, organizado pelo Instituto Nacional do Livro Espanhol e pela Escola de Livreiros de Madrid.

Participaram 39 livreiros espanhóis e 18 procedentes de outros países iberoamericanos. O curso era constituído pelas seguintes matérias: a actividade editorial e livreira em Espanha; produção e comércio do livro; organização comercial da livraria; bibliografia espanhola; clas-

sificação científica; catalogação; publicidade e escaparatismo; literatura espanhola e hispanoamericana; vendas a prazos.

Complementarmente realizaram-se colóquios com editores e livreiros, foi pronunciada uma conferência por Vicente Sanchez, chefe do Serviço de Depósito Legal de Obras Impressas, sobre o funcionamento deste serviço e o sistema bibliotecário espanhol; foram feitas visitas à Biblioteca Nacional de Madrid e a vários livrarias e editoras.

6.º Congresso Internacional de Bibliófilos.

Celebrou-se em Viena de 29 de Setembro a 5 de Outubro últimos, organizado pela Associação Internacional de Bibliofilia, com o patrocínio do Presidente da República da Áustria.

Realizaram-se sessões de estudo e visitas a bibliotecas e centros especializados relacionados com o livro e a edição. Os temas das comunicações apresentados foram, entre outros: «Incunábulos da Library of Congress, procedente do mosteiro beneditino de São Pedro de Salzbourg», «O escritório medieval de Admont», «As falsificações na encadernação», «Grandes bibliófilos da família de Habsburgo no decorrer de três séculos», «As edições originais e os facsímiles em Bibliofilia».

Durante os dias do Congresso realizaram-se várias exposições monográficas e várias manifestações sociais.

Participaram no Congresso 15 países entre os quais: Estados Unidos, França, Alemanha, Suíça, Itália, Inglaterra e Espanha.

Encontro da FID/CCC. Haia, 2 a 3 de Dezembro de 1969.

Foram versados entre outros assuntos:

1) Actividades da CDU e relações com organismos internacionais.

Relatório sobre as actividades da CCC em 1968 e o programa da CCC para 1969-70: revisão da nova Classificação Internacional de patentes (ICP), do Conselho da Europa; concluída a tradução em inglês da FID-400 (Geologia, em russo) e próxima publicação do Guia WMO-CDU.

2) Publicações da CDU.

Notaram-se progressos na publicação de: *UDC revision and publication procedure*, 10-year supplement to abridged *UDC editions*; de algumas novas edições da CDU, nomeadamente em polaço e russo:

O Comité exprimiu a necessidade de se completar a edição média em inglês, de se compilar um suplemento com as principais alterações à edição média francesa e de se prosseguir o programa em conexão com a CIUS/Unesco sobre o projecto de um sistema de informação científica mundial.

3) Papel da CDU num centro de referência da FID.

Discutiu-se esta eventualidade, bem como a de uma rede de informação mundial.

Rigby (EUA) ficou incumbido de preparar um relatório acerca dos meios de actuação da FID, de preferência em conexão com o projecto CIUS/Unesco ou, se necessário, independentemente.

4) A CDU e a mecanização.

O grande sucesso do Seminário de Copenhaga (2 a 6 de Setembro) determinou a resolução de um próximo em 1970, possívelmente na Alemanha. As actas do Seminário de Copenhaga foram publicadas no Relatório n.º 9 da FID/CR.

Espera-se que seja publicado um folheto sobre a utilização da CDU em sistemas meca-

nizados.

À CCC-M (subcomité de mecanização) incumbe o estudo e recomendação de um sistema uniforme de símbolos codificados para a conversão dos números, símbolos e sinais da CDU em símbolos susceptíveis de serem lidos pelo computador.

Suplemento decenal às edições abreviadas da CDU

Foi publicado em 1969 o Suplemento trilingue às edições abreviadas da CDU para o período de 1958-1968:

10 - Jahres Ergänzung zu den DK-Kurzaugaben

10 - Year Supplement to abridged UDC Editions de la CDU 1958-1968. Supplément

décennal aux éditions abrégées.

A publicação, de 176 páginas, permite consulta rápida e fácil das tabelas através de um índice remissivo que regista os assuntos novos mais importantes e de um índice pormenorizado de conteúdo que indica os domínios nos quais se verificaram alterações ou se introduziram novas secções.

O custo do Suplemento é de 10 dólares (285\$00). Pode ser adquirido no Secretariado da FID (7 Hofweg, The Hague, Netherlands), sob a referência FID 442, ou na sede da

Unesco (Place de Fontenoy, Paris, 7), sob a referência Unesco A 2520.

Bibliotecas públicas no Japão

Em 1950 foi publicada a «Lei de Bibliotecas» que regula a criação de bibliotecas, o seu funcionamento e assina as directrizes que assegurarão o desenvolvimento destas instituições, e orientará a sua contribuição para a promoção da educação e cultura do povo.

Em 1967 existiam no Japão: 815 bibliotecas públicas, 636 bibliotecas universitárias, 459 anexas aos colégios universitários e 60 pertencentes aos centros superiores de ensino pro-

fissional.

La Joie par les Livres

La Joie par les Livres organiza uma série de concursos destinados não só a bibliotecários, como também a todos aqueles que se interessam pelos problemas do livro infantil (responsáveis de centros sociais e de colónias de férias, livreiros, jardins infantis, educadores, professores, etc.).

O tema destes concursos é o seguinte: «Conhecer e escolher os livros para crianças».

Registos em fitas magnéticas para cegos (Paris).

O agrupamento dos intelectuais cegos e ambliopes, associação reconhecida de utilidade pública e centro de educação popular, põe à disposição das pessoas com vista fraca ou nula dois serviços importantes:

— A magnetoteca é uma biblioteca de empréstimo gratuito, cujas obras são registadas em fitas magnéticas. A escuta pode ser feita com a ajuda de magnetofones vulgares (9,5 cm/segundo ou 4,75 cm segundo — duas pistas). Dispõe de um fundo variado (cultural, recreativo, escolar, universitário e técnico). Além disso, executa gratuitamente o registo de qualquer livro a simples pedido de um deficiente visual. Neste caso, o livro é fornecido pelo interessado e registado dentro do prazo de algumas semanas ou mais. Assim, são regularmente registadas as obras de matemática, línguas vivas, etc. além das obras de interesse geral.

— A biblioteca das revistas recebe um grande número de periódicos mensais e semanais que são registados em fitas magnéticas e a sua duplicação faz-se em número suficiente para que todos os utentes possam dispor de um exemplar. Assim, todos os subscritores destas revistas — deficientes visuais — tornam-se auditores e não leitores. Todos os meses, os últimos registos de magnetoteca são conhecidos sob a forma de listas multigrafadas intituladas: «Cadernos

bibliográficos do G. I. A.».

Para qualquer informação dirigir-se ao Groupement des intellectuels aveugles et amblyopes, 7, rue Duroc, Paris — 7.°. (Trad. do Bull. Inf. Assoc. Bibl. Franc. Paris, 65 (4) 1969, p. 263-264).

Apelo da Unesco para a livre circulação de livros

Na Casa da Unesco em Paris realizou-se em Junho passado uma reunião em que tomaram parte representantes das associações internacionais de editores, livreiros, autores, bibliotecários e documentalistas.

Apesar dos esforços da Unesco para o estabelecimento e desenvolvimento das indústrias do livro nos países em vias de desenvolvimento, estes países são obrigados a recorrer à importação em larga escala. Por outro lado, esta é entravada pelos regulamentos aduaneiros e taxas internas e pelos custos elevados dos transportes.

Por estes motivos, foi lançado um apelo de adesão ao acordo para a importação de objectos de carácter educativo, cultural e científico, que suprimisse os direitos alfandegários sobre as

importações de livros nos estados contratantes.

Por outro lado, os participantes aderiram às propostas preparadas pela Unesco para o Congresso da União Postal Universal de Tóquio (realizado no fim do ano passado) — que tinham em vista uma redução das tarifas postais a favor dos livros e o entabulamento de negociações com a Associação do Transporte Aéreo Internacional para o estabelecimento de uma tarifa que desse preferência ao frete aéreo. Foi também sugerido que a Unesco procurasse com a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, os meios de reduzir o obstáculo das divisas, que se opõe às importações de publicações científicas e técnicas. Por fim, foi sugerida a ideia de ser organizada pela Unesco uma conferência mundial sobre a promoção do livro. (Trad. do Bull. Inf. Assoc. Bibl. Franc. Paris, 65 (4) 1969, p. 261).

Actividades do Departamento de Documentação da Unesco

O. A. Mikhailov dá-nos uma perspectiva das actividades do Departamento de Documentação, de Bibliotecas e de Arquivos da Unesco e do seu programa futuro («FID News Bul.», Haia, 19(1) Jan. 1969, p. 7).

Os serviços de informação e documentação tornam-se cada vez mais complexos, particularmente nos domínios da ciência e da tecnologia. À premente necessidade de informação

e ao acréscimo da produção documental em termos avassaladores tende a opor-se cada vez mais a eficiente rapidez e capacidade da máquina para o tratamento, armazenagem e recuperação da informação.

Daqui se infere que qualquer política realista não pode deixar de conduzir à cooperação internacional em matéria de documentação — facto que pressupõe a normalização e a unificação

das técnicas documentais.

A FID tem trabalhado neste sentido e apresentou já um bom número de recomendações. Quando ao Departamento da Unesco, de criação recente, inclui a documentação científica, a documentação técnica e a informação — e abrange todos os domínios do conhecimento

(educação, ciência, cultura).

De acordo com uma resolução da Conferência Geral de Outubro-Novembro de 1968, a Unesco deverá realizar estudos e investigações nos seguintes domínios: planificação da documentação; serviços de bibliotecas e arquivos a nível nacional e internacional; estudo de estruturas nacionais no que respeita à documentação; preparação de pessoal qualificado; aplicação de técnicas, incluindo os processos de informação automatizada; normalização das técnicas e da terminologia; reunião e disseminação da informação sobre desenvolvimento das bibliotecas, dos serviços de documentação e dos arquivos — através de periódicos e de outras publicações.

Outro dos objectivos é a assistência técnica aos países membros para a organização de centros nacionais, e a continuação dos esforços no sentido de se obter um mínimo de normas comuns. O próximo decénio envolve um programa de vários projectos piloto nos países em desenvolvimento e cursos de aperfeiçoamento de técnicos da documentação em colaboração com outras organizações.

Um dos projectos de mais relevância é o «estudo sobre a viabilidade de um sistema de informação científica mundial», a cargo do CIUS/Unesco. O UNISIST deverá assentar numa rede flexível nascida da cooperação voluntária dos serviços já instituídos e a instituir.

Na base do estudo tem lugar preponderante o problema da normalização, prevendo-se até uma possível conferência a nível internacional.

O aspecto da cooperação entre a FID e a Unesco tende a incrementar-se. Estão previstos projectos comuns:

«Aplicação da mecanização ao tratamento dos dados e ao trabalho das bibliotecas». «Guia para um curso introdutório sobre documentação»; «Suplemento decenal às edições abreviadas da CDU» e, possívelmente, um «Guia para os utentes da documentação».

Centro de Informação Científica e de Documentação (Bélgica)

O relatório inserto em *Industrie Chimique Belge* com o título *Une expérience moderne d'information chimique* informa acerca das actividades do Centre National de Documentation Scientifique et Technique, da Biblioteca Real de Bruxelas, com particular incidência na informação química e nos progressos da automatização dos serviços de informação do Centro.

C. D. U.: Secção de Fotografia e Higiene

Estas duas novas secções aparecem na primeira edição inglesa completa da C. D. U.: 77 — Fotografia e 613 — Higiene.

A edição inglesa publicada com a cota BS 1 000 pela British Standards Institution, pode ser obtida através do seguinte endereço: BSI Sales Office, 101/113 Pentonville Road, London, N. 1.

Inventário dos periódicos estrangeiros e das publicações seriadas estrangeiras recebidas em França pelas bibliotecas e organismos de documentação em 1965.

Vai aparecer brevemente a 4.ª edição do I. P. P. E. C. publicado com o concurso do Centre Nacional de la Recherche Scientifique e que contém mais de 40 000 notícias de publicações estrangeiras recebidas por 2 300 bibliotecas e centros de documentação franceses.

A publicação compreende: uma tabela alfabética dos 2 300 organismos participantes; uma lista alfabética das publicações recenseadas com os títulos, subtítulos, lugar da edição e as siglas dos estabelecimentos que as recebem, ou seja, mais de 40 000 títulos; uma tabela das siglas, com o nome exacto dos organismos participantes e o seu endereço completo. É uma obra que corresponde às necessidades das bibliotecas, centros de documentação, estabelecimentos de ensino e de investigação, grandes serviços industriais e comerciais. Em suma, é um instrumento de trabalho indispensável em todos os campos da investigação.

O preço de venda é de 250 francos.

Dirigir os pedidos de aquisição para: Bibliothèque Nationale. Service de vente des Catalogues. 58, rue Richelieu, 75 - Paris (2e.).

Program: News of Computers in Libraries

Esta publicação começada em 1966 como simples folha informativa, foi evoluindo em importância à medida que o computador foi tendo aplicação cada vez maior no campo das bibliotecas.

A partir do ano corrente — 1970 — esta publicação, que é trimestral, começará a aparecer em Março (vol. 4). O preço do vol. 3 (que foi publicado em 1969) e dos seguintes é de 40 s. por ano e 11 s. por cada número (30 s. e 8 s. respectivamente para os membros da Aslib).

Os pedidos de aquisição devem ser dirigidos para:

Publications (Sales) Department, Aslib. 3 Belgrave Square, London S. W. 1

Uma publicação brasileira: introdução e guia da CDU

Noémia Lentino, antiga bibliotecária da Biblioteca Municipal de São Paulo e professora de classificação na escola de bibliotecários de São Paulo, trouxe novo contributo à técnica da classificação com a sua Classificação Decimal Universal (CDU), seu desenvolvimento, sua actualização (São Paulo, 1967).

O livro, de 127 páginas, contém instruções sobre o emprego dos números auxiliares, uma descrição das edições da CDU, a sinopse das principais tabelas e ainda conselhos práticos sobre a utilização das classes 0, 1, 2 e 8. As explicações incluem também exercícios de classificação que compreendem todas as classes da CDU. As páginas 76-91 foram reservadas às divisões da classe 8 respeitantes à Literatura Portuguesa (CDU 869), seguindo-se uma lista de autores portugueses e brasileiros e os números que lhes correspondem na CDU.

Na parte final a autora ocupa-se de técnicas catalográficas.

Simpósio sobre o Tratamento da Informação Nuclear

A Organização Internacional da Energia Atómica (IAEA) realiza, de 16 a 20 de Fevereiro

de 1970, em Viena, um Simpósio sobre o tratamento da informação nuclear.

Haverá sessões sobre os seguintes temas: Centros nacionais e institucionais da informação; Centros de informação especializada; Serviços de informação: manual, mecanizada e computadorizada; Bibliotecas e serviços nucleares; Organização e coordenação de conferências científicas; Publicações primárias; Publicações secundárias; Métodos e sistemas de indexação; e Cooperação mundial na informação científica.

Além de 57 comunicações, haverá 4, por convite, incluindo a contribuição da FID.

Para todas as informações dirigir-se aos secretários científicos: Dr. M. Ivanov e Mr. A. Vespry, c/o IAEA, Kärntnerring 11, Viena, Áustria. (Trad. do «FID News Bull.», Haia, 19 (12) Dez. 1969, p. 115).

IV Exposição Bibliográfica Internacional de Valladolid

Inaugura-se no dia 24 de Fevereiro e encerra-se a 3 de Março a IV Exposição Bibliográfica Internacional de Valladolid.

Podem concorrer todas as editoriais e organismos nacionais e estrangeiros.

Serão atribuídos prémios aos melhores exemplares bibliográficos e às Editoras que apresentem o maior e mais completo lote de livros.

A exposição realizar-se-á na Sala de Exposições da Caja de Ahorros Popular de Valladolid.

2.ª Feira Internacional do Livro

A 2.ª Feira Internacional do Livro terá lugar em Bruxelas de 14 a 22 de Março de 1970. Terá como tema: Ler para vencer. Este certame estará aberto não só aos profissionais, como também ao público, que poderá aí comprar directamente os livros que mais lhes interessar.

Filmes técnicos e científicos no progresso industrial e científico

Realizar-se-á em Budapeste de 15 a 16 de Abril de 1970 uma Mesa-Redonda Internacional sobre «O papel dos filmes científicos e industriais no progresso industrial e científico», incorporado no 5.º Festival do Filme Técnico.

Os objectivos de Conferências são os seguintes: mostrar o papel dos filmes como meios eficazes de investigação, informação e educação; discutir experiências europeias; estudar possibi-

lidades de aumentar a cooperação entre países em desenvolvimento.

A Conferência é organizada pelo 5.º Festival do Filme Técnico (Szabadság tér, 17, Budapeste), pelo Technical Working Group of the Higher Educational Film Section of the International Scientific Film Association, e pelo FID Committee for Developing Countries (FID/DC).

Estão previstas traduções simultâneas em inglês, francês e russo.

A inscrição é de 15 dólares e o número de participantes será limitado a 100.

Por ocasião do Festival será organizada uma exposição internacional sobre a informação do filme técnico (III 1970).

(Trad. do «FID News Bull», Haia, 19(12) Dez. 1969, p. 116).

IV Congresso Nacional de Bibliotecas. III Congresso Nacional de Arquivos — Espanha

A ANABA vai realizar de 29 de Agosto a 12 de Setembro de 1970 o IV Congresso Nacional de Bibliotecas e o III Congresso Nacional de Arquivos, a bordo de um barco que fará cruzeiro turístico pelo Mediterrâneo com o seguinte itinerário previsto: Barcelona, Palermo, Istambul, Pireu, Creta, Barcelona.

Os congressos destinam-se aos sócios da ANABA, mas podem também inscrever-se

familiares e amigos dos congressistas.

Para todas as informações dirigir-se à Asociación Nacional de Bibliotecarios, Archiveros y Arqueólogos, Apartado, 14 281, Madrid.

FID. 35. Conferência e Congresso Internacional de Documentação. Buenos Aires, 14 a 24 de Setembro de 1970

Patente a organismos internacionais, nacionais, a especialistas e a todos quantos se interessam pelos problemas da documentação e da informação, tendo como tema geral A documentação do ponto de vista do utente, compreenderá leituras dos trabalhos dos participantes e apresentação de documentos respeitantes aos tópicos abaixo indicados:

1. Comunicação da informação aos utentes (Melhoria da eficiência). Estudo dos utentes

(Perfil do investigador).

2. Preparação dos utentes.

3. Instrumentos utilizados pelos utentes (convencionais e não convencionais).

Haverá um sistema de tradução simultânea na Assembleia Geral (francês, inglês, espanhol) e no Congresso (inglês e espanhol). O programa anunciado é o que se segue:

Setembro, 14 Comité Executivo da FID

- 15 10.º Encontro da FID/CLA Conselho da FID Comités de Estudo da FID (FID/CR e FID/LD)
- 16 Encontro conjunto do Conselho da FID e da FID/CLA e dos Comités de Estudo da FID (FID/OM e FID/TD)
- 17 Assembleia Geral da FID (durante todo o dia)
- 18 Assembleia Geral da FID (durante a manhã) Comités de Estudo da FID (FID/DC e FID/RI)
- 19 Circuitos turísticos
- 20
- 21 Abertura do Congresso Internacional (durante a manhã). Conferência Regional (de tarde)
- 22 Conferência Regional (durante a manhã) Sessões do Congresso (Tópicos 1-2)
- 23 Sessões do Congresso (Tópicos 2-3)
- 24 Sessões do Congresso-Conclusões (durante a manhã). Cerimónia de Encerramento (à tarde).

Estão previstas visitas técnicas e circuitos turísticos com o objectivo de informar acerca das actividades do país.

Com a necessária antecipação enviar-se-ão aos participantes os abstracts dos documentos

apresentados. Os textos completos serão publicados nas Actas subsequentes.

Toda a correspondência e pedidos de informações podem ser dirigidos ao Secretariado Geral da FID. (Haia, General Secretariat of the International Federation for Documentation, 7 Hofweg, The Hague, Netherlands).

2.º Salão Internacional do Livro de Arte e de Bibliofilia

Realizar-se-á de 30 de Janeiro a 7 de Fevereiro de 1971, no Palais de Beaulieu em Lausana, o 2.º Salão Internacional do Livro de Arte e de Bibliofilia, que tem por objectivo reunir os editores de arte do mundo inteiro num local que, tanto pela sua situação geográfica como pelas suas instalações ultra-modernas, parece ser ideal para tal fim.

Serão bem recebidos tanto os expositores individuais como colectivos ou nacionais. O presidente da Repartição dos Editores da Sociedade dos Livreiros e Editores da Suíça francesa, M. Hausel, terá certamente um papel preponderante na organização deste certame, que esperamos seja tão bom como o anterior realizado em Paris em 1967.

Congresso Internacional de Reprografia, 3.º, Londres, 1971

Realizar-se-á de 8 a 12 de Março de 1971 no Earls Court Exhibition Centre, de Londres. Organizado juntamente com a exposição REPRO, que tem o patrocínio da Drawing Office Materials Manufacturers and Dealers Association, deve-se à iniciativa do Institute of Reprographic Technology, apoiado pelas seguintes associações e organizações: The Royal Photographic Society, The British Photographic Manufacturers Association, The Microfilm Association of Great Britain, The National Reprographic Centre for Documentation Aslib, IFLA, Business Equipment Trades Association e Drawing Office Manufacturers and Dealers Association.

A comissão escolhida para o efeito preparou já um projecto do programa geral (social e técnico), que permite prever no que respeita à parte técnica uma orientação análoga à de 1967, de forma a evitar que as comunicações de teor científico e as de carácter prático sejam apresentadas com horários coincidentes.

Todas as comunicações e correspondência deverão ser dirigidas ao Secretariado do referido Congresso: 9, Argyll Street, London, W. 1.

Prémio Sevensma

Este prémio, instituído em 1939 para comemorar o sexagésimo aniversário de T. P. Savensma e os primeiros dez anos como secretário da FIAB, será atribuído pela oitava vez em 1971. Os concorrentes deverão apresentar um estudo sobre o tema: «Os problemas das bibliotecas em diferentes países», que terá de ser entregue antes do fim de 1970.

Condições do prémio:

Serão publicadas no «Répertoire des associations-membres de la FIAB», p. 42: «Statuts, Révision... 1965...» e resumem-se no seguinte:

O prémio será atribuído ao autor do melhor trabalho sobre as bibliotecas nas suas relações com os problemas actuais. O estudo deverá ser um trabalho original ainda não publicado e com uma extensão de 10 000 a 15 000 palavras.

O montante do prémio será de 1 500 francos suiços (cerca de 10 000\$00).

O concurso está aberto a todos os membros de uma associação filiada na FIAB com menos de 40 anos na altura da apresentação dos trabalhos à FIAB.

Os concorrentes podem apresentar os seus estudos nas seguintes línguas: inglês, francês,

alemão, russo, espanhol e italiano.

Os trabalhos anónimos devem ser apresentados com um pseudónimo, o qual deve ser inscrito também num envelope fechado contendo o verdadeiro nome, a data e o local do nascimento, a nacionalidade a direcção do autor.

O júri reserva-se o direito da não atribuição do prémio, caso a qualidade dos trabalhos

não satisfaça.

Prémio 1970-71:

1. Aquelas pessoas que tencionam concorrer deverão informar o Secretariado Geral da FIAB, 13 Vine Court Road, Sevenoaks, Kent, Inglaterra, o mais cedo possível, indicando a língua em que irão redigir o estudo.

2. Os trabalhos, a apresentar em triplicado, deverão chegar ao Secretariado geral antes

de 31 de Dezembro de 1970.

3. O prémio atribuído por um júri especial será anunciado na sessão do Conselho Geral em Agosto de 1971. (Trad. do Bull. Inf. Assoc. Bibl. Franc. Paris, 65 (4)1969, p. 259).

Cinquentenário da criação do ensino do Português na Bretanha.

O Centro de Estudos Luso-Brasileiros da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Rennes ao comemorar em Outubro de 1971 o cinquentenário da criação do ensino do Português na Bretanha tenciona reunir, num inventário tanto quanto possível completo, todos os documentos (manuscritos, livros, revistas) sobre as relações entre a Bretanha, Portugal e Brasil.

Além disso, pretende também publicar vários estudos de carácter histórico sobre os portos bretões e as suas relações atlânticas em várias épocas, a imigração liberal na Bretanha na 1.ª metade do século XIX, O Pelourinho, o corpo expedicionário português em Brest em 1917, textos

inéditos, etc.

Para poder levar a cabo esta tarefa o Centro de Estudos Luso-Brasileiros pede a colaboração das Instituições que tenham possibilidades de o fazer.

Comemoração do 5.º Centenário do Nascimento de Vasco da Gama (Estocolmo)

Com a colaboração da Secção de Estudos Portugueses da Universidade de Estocolmo e do Centro de Turismo de Portugal, a Biblioteca Real de Estocolmo realizou uma exposição comemorativa do nascimento de Vasco da Gama.

A exposição, predominantemente cartográfica — com efeito esta Biblioteca possui uma das mais ricas colecções de cartas de navegação dos séc. XIV e XV relacionadas com os descobrimentos portugueses — reúne várias espécies bibliográficas relativas a Vasco da Gama e ao Infante D. Henrique, bem como a outros navegadores portugueses da época. Entre os

livros expostos sobressaem duas traduções suecas de «Os Lusíadas»: uma de 1838, por Carl

Julius Lenstrom, outra de 1852, por Nils Loven.

No acto inaugural estiveram presentes individualidades dos meios artístico e intelectual e representantes do nosso País. Salientamos: o director da Biblioteca, Prof. Dr. Uno Erik Willers, o director dos Estudos Portugueses da Universidade de Estocolmo, Prof. Bertil Maler, o bibliotecário-chefe responsável pela montagem técnica, Dr. ^a Ulla Ehrensvard e o director do Centro de Portugal.

* LUGARES QUE FORAM POSTOS A CONCURSO

Nos termos dos artigos 12.º e 14.º e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, é aberto concurso para provimento do lugar de terceiro-conservador (director do Arquivo Distrital de Faro) do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968).

Podem concorrer:

a) As pessoas habilitadas com o curso de bibliotecário-arquivista;

As pessoas que, embora ainda não habilitadas com o curso de bibliotecário-arquivista,
 já possuam aprovação nos exames finais de todas as disciplinas do mesmo curso;

c) As pessoas habilitadas com o curso superior.

Os requerimentos deverão dar entrada nesta Direcção-Geral no prazo de vinte dias, a contar da data da publicação do presente aviso no Diário do Governo, acompanhados dos seguintes documentos:

1) Certidão do registo de nascimento;

2) Certidão do registo criminal;

- 3) Atestado de robustez e de sanidade passado pelo delegado ou subdelegado de saúde da área da residência do candidato;
- 4) Certificado de um dispensário oficial antituberculoso comprovativo da ausência da tuberculose evolutiva;

5) Documento comprovativo do cumprimento dos preceitos da Lei do Serviço Militar;

6) Para os candidatos referidos na alínea a): documento comprovativo da posse do curso de bibliotecário-arquivista, com indicação da respectiva classificação final;

Para os candidatos referidos na alínea b): documento comprovativo da aprovação nos exames finais de todas as disciplinas do curso de bibliotecário-arquivista, com indicação das respectivas classificações;

Para os candidatos referidos na alínea c): documento comprovativo da posse de um curso superior, com a indicação da informação final;

7) Declaração a que se refere o Decreto-Lei n.º 27 003, de 14 de Setembro de 1936;

8) Declaração a que se refere a Lei n.º 1901, de 21 de Maio de 1935;

9) Bilhete de identidade:

10) Curriculum vitae documentado, referindo todos os elementos que permitam a formação de um juízo sobre as aptidões profissionais do candidato, em especial as habilitações literárias e científicas e respectivas classificações, as bibliotecas e arquivos em que tenha servido, a qualidade do respectivo serviço e os estudos ou trabalhos técnicos que tenha publicado.

Os candidatos que forem funcionários do Estado apenas têm de apresentar os documentos mencionados nos n.ºs 6), 7), 8), 8) e 10).

Serão excluídos sem outro aviso os candidatos que não apresentarem em perfeita ordem, dentro do prazo fixado, a documentação exigida. (Diário do Governo, II Série, n.º 256, 1969-10-31).

* MOVIMENTO BIBLIOTECÁRIO

* Licenciada Maria Fernanda Constante de Brito — provida no lugar de bibliotecário-chefe do quadro da Biblioteca Pública Municipal do Porto, por Ordem de Serviço n.º 429/69, de 13 de Setembro de 1969. Tomou posse em 19 do mesmo. (Boletim da Câmara Municipal do Porto, n. 1746).

* Licenciado José Manuel Mota de Sousa — nomeado segundo-bibliotecário do quadro-referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), para prestar serviço na Biblioteca Geral da

Universidade de Coimbra. (Diário do Governo, II Série, n.º 257, 1969-11-3).

- * Ermelinda Rodrigues Muge Teotónio da Silva aprovado o termo do contrato para terceiro-oficial além do quadro da Biblioteca Nacional de Lisboa. (Diário do Governo, II Série, n.º 287, 1969-12-10).
- * Maria de Lurdes Ferreira da Costa Catarino aprovado o termo do contrato para fiel da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. (Diário do Governo, II Série, n.º 287, 1969-12-10).
- * Licenciado José Manuel Mota de Sousa, terceiro-bibliotecário do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, em serviço na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato, por ter sido provido noutro lugar. (Diário do Governo, II Série, n.º 287, 1969-12-10).
- * Licenciado Gentil Ferreira e Sousa aprovado o termo de contrato para, como terceiro-conservador do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), ocupar o cargo de director do Arquivo Distrital de Leiria. (Diário do Governo, II Série, n.º 268, 1969-11-15).
- * Maria Cristina da Conceição Costa Simões aprovado o termo do contrato para terceiro-bibliotecário além do quadro da Biblioteca Nacional de Lisboa. (Diário do Governo, II Série, n.º 273, 1969-11-21).
- * Licenciado Gentil Ferreira e Sousa aprovado o termo do contrato como terceiro-conservador do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), ocupar o cargo de director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Leiria. (Diário do Governo, II Série, n.º 274, 1969-11-22).